

Evento	Reunião do Comitê Gestor Regional do PJe
--------	--

Data	11/3/2019	Horário	10h30	Local	Sala de Reuniões da Presidência
Presentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desembargador Luiz Antonio Lazarim;</li> <li>- Desembargador Claudinei Zapata Marques;</li> <li>- Desembargadora Luciane Storel da Silva;</li> <li>- Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes;</li> <li>- Adriana Bizarro, Procuradora Regional do Trabalho;</li> <li>- Cristiane Montenegro Rondelli, Juíza Auxiliar da Presidência;</li> <li>- Lúcia Zimmermann, Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional;</li> <li>- Cláudio Aparecido Vieira, Diretor Secretário-Geral da Subseção da OAB em Campinas;</li> <li>- Paulo Eduardo de Almeida, Secretário-Geral Judiciário;</li> <li>- Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;</li> <li>- Edson Donadon, Secretário Judiciário;</li> <li>- Massaco Okamoto Albrecht, Diretora de Serviço do Núcleo de Apoio do PJe-JT.</li> </ul>				

Assunto	Reunião Periódica do Comitê Gestor Regional do PJe
---------	--

Pauta	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assuntos Gerais</li> </ul>
-------	---

Reunião	<p>O Excelentíssimo Desembargador Coordenador do Comitê, Luiz Antonio Lazarim saudando os presentes e agradecendo pelo comparecimento, passou à análise de vários itens.</p> <p>1 - Deve ser retificada a portaria de composição do Comitê Gestor Regional do PJe para incluir a Dra. Luciane Storel e Edson Donadon.</p> <p>2 - A nova versão do PJE apresentou alguns erros no primeiro grau, conforme informações da Massaco. Herbert informou que a morosidade pode ter sido explicada com o aumento de</p>
---------	---

downloads ocorrido após o início do comunicado de suspensão dos serviços, para poder ser instalada a nova versão. Para evitar que esta situação não ocorra novamente, na próxima versão do sistema foi informado pelo Herbert que há o projeto de contratação de um novo link de comunicação para o Tribunal, no qual está presente o aumento de link, bem como a instalação das condições técnicas necessárias para balanceamento da carga. Espera-se que, com essa ação, impactos como os ocorridos sejam minimizados e até eliminados.

3 - Calendário Nacional de atualizações - Dr. Lazarim informou que o Calendário passou a ser fixado pelo CSJT para todo o Brasil e que, no dia 25/8, será implantada a próxima versão, o que exige uma preparação de todos os envolvidos, pois várias serão as mudanças de infraestrutura, bem como haverá muitas alterações que exigirão a realização de testes por parte dos usuários, verificando a existência de erros. Se ficar moroso, deve constar a certidão, sem suspender o prazo. Dra. Lúcia Zimmermann lembrou que a Resolução n. 185 do CNJ determina a colocação de indisponibilidade e não prevê a certidão de morosidade.

No entanto, foi reforçado que a certidão objetivou a transparência na implantação da versão.

Dr. Lazarim sugeriu que seja lembrado à OAB, em julho, que dia 25/8 será implantada a nova versão. No dia 21/7, será instalada nas regiões 1ª, 7ª e 10ª, de onde podem ser observadas as eventuais dificuldades antes de ser instalada na 15ª Região. Até dia 25 de agosto tem que estar no ar. Provavelmente será instalado a partir de sexta, dia 23/8.

3 - Ofício da Corregedoria 19/2019 - SIF - Sistema de Interoperabilidade Financeira - pedindo providências para implantação. Herbert informou que está em curso a implantação do módulo que envolve o Banco do Brasil, que foi superada a fase de instalação na semana passada e que, a partir dessa semana, iniciar-se-ão os testes de homologação envolvendo o Núcleo de Apoio ao Sistema. Informou ainda que a Caixa Econômica Federal já teve seu módulo instalado e testado pelo Núcleo de Apoio ao PJe, estando disponível para implantação. O comitê entendeu necessário que os dois sistemas sejam liberados juntos para não privilegiar nenhuma das instituições financeiras e, após discussão dos presentes, definiu-se a necessidade de identificação das funcionalidades existentes em cada uma das soluções, informando a todos os envolvidos, principalmente os de 1º grau, possibilitando esclarecimentos adequados aos usuários em geral.

4 - Ofício da Corregedoria CR 270/2018 - Acesso a estrutura do banco de dados do PJe com o intuito de permitir que sejam criados relatórios gerenciais no sistema SAO.

Dr. Lazarim informou que a Corregedoria não pode desenvolver aplicações sozinha, havendo a necessidade de participação da TI nesses casos, objetivando uma continuidade das ações quando ocorrem mudanças no Tribunal. Dra. Luciane Storel lembrou que se trata de segurança da informação e deveria ser passado para o comitê respectivo, com o que concordou o Dr. Lazarim.

5 - Protocolo 6955/2018-DG - Pedido de advogado para a união da plataforma do PJe do primeiro com o segundo grau - Esta alteração depende do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Sugestão do Dr. Lazarim, que, após ouvir a TI, seja remetido o pedido para Brasília, o que foi acolhido pelo comitê.

6 - Protocolo 6764/2018-DG - referente ao OFÍCIO CIRCULAR CSJT.CPJe.SETIC Nº 49/2018 - Solicitação do CSJT acerca da alteração do Logotipo do PJe, o que já foi realizado.



7 – Protocolo 6434/2018-DG – referente ao OFÍCIO CIRCULAR CSJT.CPJe.SETIC nº 43/2018 - Descentralização da Central Nacional de Atendimento ao PJe - Massaco informou que o Núcleo assumiu todas as atividades de suporte, as quais têm sido realizadas normalmente, bem como os relatórios gerenciais mensais exigidos pelo CSJT a respeito do assunto têm sido entregues.

8 – Protocolo 1942/2018-DG - Fundação Casa - cadastrado o Procurador-gestor conforme requerimento da instituição. Dr. Lazarim gostaria que isso fosse estendido a outros grandes reclamados, como por exemplo Raízen, Banco do Brasil etc. Devem ser acertadas as notificações, sem necessidade de se utilizar a intimação no segundo grau como se fosse processo físico. Donadon lembrou que no PJe a intimação é pelo Diário Oficial. Em razão desse caso, foi solicitado à OAB que encaminhe o requerimento aos representantes da OAB nacional que pertencem ao Comitê Nacional do PJe, bem como aos representantes do MPT, para que a intimação seja feita pelo PJe, independente do Diário Oficial, com a modificação da resolução. Também foi consenso do Tribunal cadastrar essa questão da intimação como sendo uma melhoria para o sistema no JIRA do CSJT.

9 - Sugestões feitas pela Secretária Judiciária - PROAD 9174/2018. Encaminhado para Massaco responder.

10 - Problema de erro de estatística da Vara de Porto Ferreira - a autorização prévia para as informações e alterações foi referendada pelo comitê, sendo tomadas as medidas necessárias para resolução do problema, conforme PROAD 3325/2019.

11 - EXE 15 - A entrega pelo TRT 15 será feita graças ao trabalho completo com previsão de entrega em outubro e com disponibilização nacional em fevereiro de 2020. A Dra. Lúcia apresentou o cronograma com todo o projeto e descreveu que, como gerente, fez constar no JIRA no sentido de que o Tribunal cumpriu o prazo previamente fixado. Herbert esclareceu que, apesar de feito o planejamento e sua aprovação no TST, houve a cobrança antecipada e o projeto foi colocado como se estivesse em atraso, o que foi contestado e reincluído no sistema.

12 - Pedido do MPT - Processo CP 0730/2018 - pedido de contrato para implantação de sistema para cruzamento de dados, com a elaboração de um termo de cooperação. O pedido foi enviado à Presidência para submissão ao Comitê PJe e não teria ônus para a TI. Dr. Lazarim sugeriu um encaminhamento ao setor de informática para informações.

Dr. Renan informou que haveria um compartilhamento de informações vindo a partir do TST, porém não se prosseguiu esse banco de dados com o MPT, porque foi redirecionado para um plano internacional para coleta de dados. Ainda não houve essa migração internacional e a posição do comitê é favorável a ser realizada no plano nacional.





Dra. Lúcia esclareceu que os sistemas não se excluem e lembrou que o sistema do MPT já tem os observatórios e são muito completos.

Dra. Adriana informou que o acesso é também para previdência, o que é muito importante e auxilia nos julgamentos.

Herbert informou sobre, do ponto de vista técnico, a importância de se planejar as questões que envolvem sistemas de consulta ou de BI para evitar impacto na performance do sistema, gerando-se eventualmente necessidade de investimentos orçamentários para reforçar a infraestrutura de TI utilizada pelo mesmo. Dra. Lúcia disse que no redelab foi convencionado o compartilhamento do PJe e constou a consulta ao comitê nacional.

13 - Projeto Containers no PJe - instalação piloto - foi desenvolvido em conjunto com a 12ª e 20ª Região e atualmente há seis servidores do TRT 15 trabalhando nesse projeto - o que vai resolver muito dos nossos problemas - os módulos do PJe poderão ser fatiados e armazenados em containers. Tudo isso afeta a estrutura e é mais econômico. Colocaremos as especificações e as necessidades conforme as exigências do TRT 15. Após os esclarecimentos do Herbert, o comitê decidiu por responder o ofício do CSJT SETI 14, de 6/3/2019, aceitando o convite e confirmando a disponibilidade do TRT15 para instalar o piloto de infraestrutura do Projeto Containers no PJe.

14 - Dra. Lúcia noticiou o interesse da Procuradoria-Geral do Estado no estabelecimento de convênio para interoperabilidade com o PJe, em reunião havida em sua presença e na presença do Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Alvaro dos Santos. Naquela oportunidade, a Juíza Lúcia sugeriu que a PGE apresente minuta de termo de cooperação para sujeição ao Comitê Regional do PJe.

15 - Dr. Lazarim avaliou as estatísticas apresentadas pela Dra. Lúcia em relação aos processos físicos que não foram migrados para o PJe. Enfatizou a Vara de Mogi Guaçu, que exige uma força tarefa. Dr. Lazarim sugeriu pegar o e-gestão e pegar um processo físico para migrar. Ressaltou a necessidade de fiscalização quanto à migração.

Dra. Luciane informou sobre o DED 854, pelo qual pede-se a criação de um movimento 123 na nova versão, que será implantada em agosto, para facilitar a migração.

Dra. Lúcia admitiu a possibilidade de se fazer um provimento GP-CR para regularização das migrações em processos em execução com trânsito em julgado e em vias de remessa de agravo de petição à segunda instância e impedir o trâmite de processos físicos no tribunal.

Paulo Almeida relatou as experiências dos problemas quanto aos processos que não foram migrados e ainda tramitados pelo SAP, pedindo a criação de mecanismos para evitar a tramitação de processos físicos.

16 - Dra. Luciane Storel apresentou várias propostas para sugestão de melhoria. A primeira é a demanda da Corregedoria de processos apensados que foram arquivados e não há como ser



retornado. Dra. Luciane Storel sugeriu a possibilidade de retorno de fase, como melhoria e solução do sistema para o Comitê Nacional do PJe - criação de movimento para retorno de fase, como por exemplo, no caso de anulação de sentença ou desarquivamento de processo arquivado indevidamente.

Apresentou também outra demanda de um assistente do juiz que quer ter acesso ao GIM do juiz para verificação do seu juiz que é substituto e passou por muitas varas. Dra. Luciane Storel sugeriu uma melhoria como sugestão de consulta. Comitê deliberou para encaminhar à TI.

Terceira sugestão de melhoria na intimação do processo com mais de 10 partes - encaminhado ao Núcleo para sugestões e posterior encaminhamento ao Comitê Nacional.

Sugestão de melhoria solicitada pelas Secretarias das Turmas com a sinalização de retirada da divergência no caso de sessão. Dr. Lazarim enfatizou que os usuários precisam aprimorar-se no uso do sistema PJe e na implementação do uso dos relatórios.

17 - Solicitação de melhoria para o Ministério Público ter acesso aos votos de pauta virtual. Cada turma faz de uma forma e deveria constar como sessão extraordinária, ou sessão virtual e tudo precisa ser no mesmo dia. O Ministério Público pode ser habilitado com um procurador por câmara para ver a pauta virtual. Reforçada a importância de se padronizar os procedimentos entre as secretarias e enquanto não se adequa o sistema, enviar as pautas por e-mail.

A sugestão da Massaco foi de incluir as pautas virtuais às 6h00, o que não foi acolhido. Dr. Lazarim considera que é importante que as sessões virtuais sejam em um dia fixo, mas as pautas virtuais precisam ser regulamentadas.

18 - Reforçada a importância de se levar à OAB nacional os reclamos dos advogados em relação ao sigilo colocado nas defesas, para acesso somente na audiência e também a possibilidade de ciência dos julgamentos pelo PJe e não mais pelo Diário Oficial.

Não havendo outras questões, encerrou-se a reunião às 12h55.

Ata preparada por Cristiane Montenegro Rondelli

Em 11/3/2019

  
Luiz Antonio Lazarim  
Desembargador Presidente do Comitê

